

Produtores de mamão querem campanha para incentivar o consumo da fruta

Assessoria de Comunicação/ Seag



Espírito Santo registrou queda de 30% na produção em relação ao ano passado

PÁGINA 7

**‘Com licença, vou à luta’
chega a
Afonso Cláudio**

Divulgação



PÁGINA 9

**Mais de quatro mil
cafeicultores já foram
capacitados pelo Senar/ES**

Divulgação



PÁGINA 4

**Faltam vacinas
contra brucelose
no Espírito Santo**

Assessoria de Comunicação/Idaf



PÁGINAS 6 E 7

ATITUDE COERENTE

A Emenda de Plenário nº. 164, que altera a redação do art. 8º do substitutivo ao PL nº. 1876/1999, aprovada no Congresso Nacional com 273 votos favoráveis, 182 contrários e 2 abstenções, diverge quantitativamente da votação registrada no Novo Código Florestal, quando foram registrados 410 votos favoráveis, 63 contrários e 1 abstenção.

Resultados díspares e surpreendentes, uma vez que a Emenda 164 prevê a manutenção de atividades agrossilvopastoris consolidadas até 22 de julho de 2008, sendo exigida nestes casos a adoção de técnicas de conservação do solo e água que visem à mitigação de eventuais impactos. Da mesma forma, intervenções ou supressões que não se enquadram nas hipóteses de utilidade pública de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas em lei, demonstram maior restrição do que o Decreto nº. 7.029, de 10 de dezembro de 2009, em que a adesão ao "Programa mais Ambiente", propõe a suspensão da cobrança das multas aplicadas até o dia 9/12/2009, data anterior à publicação do Decreto. Em se cumprindo todos os itens estabelecidos no Programa, às multas aplicadas que estavam suspensas passam a ser convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, previstos também na Emenda 164.

Como se vê, a restrição reside na explicitação de menor prazo concedido pela Emenda 164, comparada ao Decreto 7029, sancionado pelo Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pela Emenda 164, as compensações seriam estabelecidas pelos PRA (Planos de Regularização Ambiental), que podem e devem ser feitos por cada Estado, conforme prerrogativa do Artigo 24, inciso 6º da Constituição Federal, que resguarda regime concorrente entre os Municípios, os Estados e a União para Legislar o tema, resguardados os direitos exclusivos da União.

Em seu § 4º, a Emenda concede ao PRA a regularização para a manutenção de outras atividades consolidadas em áreas de Preservação Permanente, vedada à expansão de áreas ocupadas, ressalvados os casos em que haja recomendação técnica de recuperação da área.

Destaque-se o mérito da Emenda 164, pelo desagravo com as propriedades de até 4 módulos fiscais, criminalizadas pela alteração de leis acatadas à ocasião das mudanças na alteração do uso do solo, pela emissão de Resoluções e Portarias sem qualquer critério de racionalidade ou de princípio técnico-científico, além de Medidas Provisórias nunca votadas.

O Estado de Santa Catarina saiu na frente e fez o seu Código Ambiental.

Por que outros Estados não fizeram o mesmo, já que a desburocratização dos pedidos de licenciamento e outorga é uma necessidade imperiosa e o seu atendimento localizado nos municípios em muito ajudaria pelo ganho de tempo?

Supõe-se que exista opção pelo não comprometimento, para não se perder votos.

Vale a pena focar a elevação da conscientização e da responsabilidade com os atendimentos a maior e com o acréscimo de dividendos políticos que seriam conquistados, pelo atendimento correto e mais ágil.

Júlio da Silva Rocha Júnior
Presidente da Faes

ELEMENTOS DO ACIDENTE DO TRABALHO

Acidente do trabalho é um tema que deve sempre ser lembrado, para que o empregador rural esteja atento no desempenho das tarefas de seus empregados, a fim de prevenir que aconteça o infortúnio, em função da responsabilidade civil que pode recair sobre ele, podendo advir vultosas indenizações, inclusive por danos moral, independentemente do seguro acidente coberto pelo INSS.

Na atualidade do direito relativo ao acidente do trabalho cabe ao empregador toda diligência possível na finalidade de evitar o infortúnio. O grau de culpa, nos termos constitucionais do inciso XXVIII, do artigo 7º, define responsabilidade da empresa. Também a omissão resulta na obrigação de indenizar. Essa situação concreta exige permanente vigilância no exercício do labor pelo obreiro, forçando a tomada de todas as cautelas possíveis a fim de evitar o acidente, desde o uso de equipamentos obrigatórios a outros pertinentes à natureza do serviço a ser executado, inclusive a especialização do profissional.

O dispositivo constitucional e legislação de regência garante ao empregado a indenização civil decorrente dos danos do sinistro. Responderá o empregador quando incorrer em dolo ou culpa. Porém, a demonstração do direito indenizatório depende de requisitos obrigatórios, especialmente a existência do dano e da sua extensão, o nexo causal e a culpa, posto que na espécie a responsabilidade é subjetiva. Deve o empregador, em qualquer caso acidentário do trabalho, demonstrar que agiu com a diligência e precaução exigida para a hipótese, eis que a legislação preceitua o uso de artefatos de proteção, os quais deverão ser fornecidos pela empresa. Também a verificação e fiscalização do uso correto é obrigação legal do empregador. Acrescente-se a isso a necessidade de realização de treinamento e capacitação do trabalhador na manipulação de máquinas ligadas à função laboral.

Observa-se na doutrina, no substrato do direito acidentário do trabalho, forte tendência à compreensão de que se estabelece presunção de culpa contra o empregador, o que equivale dizer, que cabe a este em ação acidentária demonstrar a sua ausência de culpa. Esse entendimento decorre principalmente das obrigações impostas ao empregador no tocante ao fornecimento de equipamentos de proteção individual e outros necessários à consecução dos trabalhos, o que envolve largo elenco de medidas. O enfrentamento dessa tendência exige a demonstração probatória permanente, pois estará presumida a culpa da empresa no atinente à segurança do obreiro, e no campo processual, instala-se verdadeira inversão do ônus da prova. Contudo, a culpa final sempre brotará do contexto probatório. Mas, deverá de forma permanente o empregador tomar todas as precauções necessárias à segurança dos obreiros, agindo com diligência, dessa maneira reduzindo o risco de lesões e acatando assim, os textos expressos da legislação acidentária.

Desta forma, considerando que, havendo acidente de trabalho, se ficar comprovada a culpa do empregador, este estará sujeito ao pagamento de indenização por danos pessoais, materiais e morais, mesmo estando o acidente coberto pelo INSS, todo cuidado é pouco. Por isso, os empregadores rurais devem ficar vigilantes quanto a esta questão, a fim de evitar dissabores.

Maria Christina Alvarenga de Araújo
Coordenadora Jurídica e Sindical da FAES e UGA-ES

O Jornal Esta Terra é uma publicação mensal da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo (FAES) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional do Estado do Espírito Santo (SENAR-AR/ES).

FAES: DIRETORES: Júlio da Silva Rocha Júnior (Presidente), João Calmon Soeiro (1º Vice-presidente), Rodrigo José Gonçalves Monteiro (2º Vice-presidente), Abdo Gomes (3º Vice-presidente), José Garcia (4º Vice-presidente), Wilson Tótola (5º Vice-presidente), Acácio Franco (6º Vice-presidente), Luiz Carlos da Silva (1º Secretário), Altanôr Lôbo Diniz (2º Secretário), Neuzedino Alves Victor de Assis (1º Tesoureiro), Carlos Roberto Aboumrad (2º Tesoureiro). **SUPLENTES DA DIRETORIA:** Armando Luiz Fernandes, Antônio Roberto Bourguignon, Nilton Falcão, Fábio Gomes e Goma, Luiz Malavasi, Valdeir Borges da Hora, Antônio José Baratela, José Pedro da Silva, Francisco Tristão Neto. **CONSELHO FISCAL: Efetivos:** Leomar Bartels, Jacintho Pereira das Posses, José Manoel Monteiro de Castro – Suplentes: Gilda Domingues, Luciano Henriques, Nelson Broetto. **CONSELHO REPRESENTATIVO DA CNA:** Júlio da Silva Rocha Júnior e João Calmon Soeiro.

Endereço: Av. Nossa Senhora da Penha, nº 1495 – Torre A – 10º e 11º andares – Bairro Santa Lúcia – Vitória/ES – CEP: 29056-243 – Tel: (27) 3185-9200 – Fax: (27) 3185-9201 – e-mail: faes@faes.org.br / senar@faes.org.br

Produzido por: Já! Comunicação (27) 3314-5909 – (ja@iacomunicacao.com.br) – **Jornalista responsável:** Eustáquio Palhares (eustaquio@iacomunicacao.com.br) – **Edição:** Márcia Almeida – **Textos:** Elaine Maximiniano, Flávio Carvalho e Márcia Almeida – **Colaboradores:** Ivanete Freitas, Tereza Zaggo. **Fotos:** Comunicação Faes e Senar/ES – **Editoração:** Interativa Marketing e Comunicação (27) 3222-2908.

Senar/ES inicia programa de educação postural no campo

O programa orienta trabalhadores quanto à correta postura na execução das atividades rurais

lá! Comunicação



Instrutores capixabas vão ficar atentos à postura dos produtores

O Senar/ES está implantando no Estado o “Trabalho Decente – Educação Postural no Campo”, programa da CNA/SENAR, que tem como meta educar os produtores e trabalhadores rurais quanto ao conforto, à saúde e à segurança durante suas atividades diárias

no campo. O projeto será levado a todo o país.

A entidade reuniu, nos dias 19, 23 e 26 de setembro, instrutores capixabas, e apresentou o novo programa, afinal, são eles que acompanham os produtores e trabalhadores durante as capacitações.

Como parte da ação, O Senar/ES vai levar os conceitos de educação postural à todos os treinamentos desenvolvidos no campo, quando será reservado um tempo para exercícios de relaxamento muscular, orientação e correção da postura dos trabalhadores e produtores rurais, visando a

prevenção de dores, doenças e acidentes comuns ao homem do campo devido ao tipo de atividade que ele exerce.

Além do acompanhamento profissional, serão distribuídos aos produtores uma cartilha e um vídeo abordando o assunto e ensinando, através de imagens e exemplos simples, como eles devem manter a postura em suas atividades mais corriqueiras, como ordenhar, plantar, colher, capinar, levantar carga, dirigir trator, entre outras.

A lesão por esforço repetitivo está entre as causas mais frequentes de afastamento dos trabalhadores de suas atividades, por isso o programa quer conscientizar o homem do campo de que, com a postura correta, ele pode produzir mais e melhor. Além das orientações posturais, o projeto frisa a importância da correta utilização de equipamentos de segurança e ferramentas de trabalho adequadas.

Dicas

A cartilha distribuída aos produtores contém algumas dicas importantes que devem ser usadas no dia a dia da atividade rural:

Capina: a enxada deve ter cabo apropriado – mais longo em terrenos planos e mais curto em ladeiras; o trabalhador deve estar com o tronco alinhado o máximo possível. Isso é importante para evitar ou diminuir a dor nas costas.

Plantio: é necessário que o trabalhador agache, apoiando uma mão no joelho e o outro joelho apoiado no solo, mantendo o tronco alinhado com pequena

inclinação; ele também deve fazer pausas e alongamentos.

Colheita manual: é importante o uso da escada e que se coloque uma caixa coletora em cima de um carrinho de mão próximo ao local da colheita.

Poda: deve-se evitar movimentos de punho desnecessários durante toda a ação e ficar com os braços acima da linha do ombro sempre que possível. Recomenda-se também o uso de uma escada, quando necessário.

Trabalho com equinos: ações como o manter o bom posicionamento da sela e o uso de equi-

pamentos corretos para o cavalo melhoram a atividade.

Levantamento de cargas do chão e o transporte de carga: os produtores devem ter cuidados especiais nessas atividades, para prevenir problemas na coluna, dores no pescoço e lesões durante o trabalho. É necessário que se dobre os joelhos para abaixar e que, ao colocar a carga no carrinho, vire o corpo a partir do pé, evitando assim, torcer o corpo durante o movimento.

Trator: o banco deve ser ajustado ao corpo do tratorista, permitindo o giro sobre seu eixo e a regulagem de altura do banco deve estar adequada, possibilitando descompressão

da coxa para não comprometer a circulação, e os equipamentos de proteção adequados e completos deverão ser usados.

Pulverização costal manual: colocar pulverizador, defensivo agrícola e balde, vasilha ou jarra próximos e na mesma altura. Para a colocação do pulverizador no corpo, estando ele numa superfície mais alta, coloque o braço direito na alça, ficando de costas para o pulverizador. Em seguida, coloque o braço esquerdo e assim acomode-o no corpo.

Fonte: Cartilha ‘Trabalho Decente– Educação postural no campo’

Em três anos, Senar/ES capacita mais de quatro mil cafeicultores capixabas

O setor é um dos mais rentáveis economicamente no Estado

Assessoria de Comunicação/Seag



Em Brejetuba, participantes aprenderam a fazer delícias com o café

O setor cafeeiro é um dos destaques econômicos do Espírito Santo. E para que a atividade continue a se desenvolver, é fundamental a capacitação dos profissionais que atuam na cadeia. E o Senar/ES está cumprindo a sua parte neste processo de aumento na produtividade do café no Estado. Em três anos, mais de quatro mil cafeicultores foram capacitados pela entidade.

Os treinamentos realizados pelo Senar/ES e parceiros são ações educativas, que visam formar e promover o homem do campo, oferecendo-lhes uma nova forma de aumentar a sua renda mensal. Nos últimos três anos, foram promovidos 292 treinamentos em cafeicultura e

54 em culinária do café.

“Através da capacitação, estamos transmitindo conhecimento e habilidade aos cafeicultores para uso de novas tecnologias geradas pela pesquisa, contribuindo para o aumento da produtividade e da renda dos produtores, sem aumentar a área plantada com café”, declara Neuzedino de Assis, superintendente do Senar/ES.

Para a realização de um bom trabalho, o Senar/ES conta com uma equipe técnica, multidisciplinar, responsável pela condução dos trabalhos e com equipe de instrutores, previamente nivelados tecnicamente com o INCAPER, e preparados para transferir os conhecimentos técnicos ao trabalhador e

produtor capixaba.

Os treinamentos são realizados em locais que mostram a situação real de trabalho, onde os participantes participam ativamente das ações mobilizando os conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas de forma a desempenhar as atribuições profissionais com competência e segurança.

Capacitados, os produtores rurais, que tiveram desempenho satisfatório ou frequência mínima exigida para o exercício competente da ocupação, recebem certificados que são válidos em todo território nacional.

O ano ainda não acabou e muitos treinamentos para o setor cafeeiro estão por vir. Os produtores interessados em participar das capacitações devem ficar atentos e procurar o sindicato rural patronal do seu município ou entrar no site da Faes/Senar (www.faes.org.br), onde poderão conferir a agenda com todos os treinamentos do setor.

CULINÁRIA DO CAFÉ

Produtores de Brejetuba participaram, entre os dias 29 e 31 de agosto, do treinamento ‘Culinária do

café’, onde aprenderam a fazer diversos doces, como bolos, pudim e bombons, utilizando o grão como matéria-prima.

A instrutora Kelly Cristina Alves Feitosa ensinou aos produtores diversas formas utilizar o café na culinária. Leones Moura, que participou do treinamento, afirma que aprendeu a produzir formas diferentes de consumo do grão. “Gostei principalmente da decoração e do confeito das guloseimas, além do pudim e do bombom de café”, relatou. “Me interessei na capacitação por morar em uma cidade que é uma das maiores produtoras de café do Estado. O grão é um produto promissor”, disse. Leones Moura afirmou que vai compartilhar tudo o que aprendeu.

O treinamento foi promovido pelo Senar/ES, em parceria com a Faes, o Sindicato Rural de Afonso Cláudio e prefeitura de Brejetuba.

SR Afonso Cláudio



Portal de educação à distância do Senar

Quer aprender tudo sobre agropecuária onde e no horário que você quiser? Então faça um dos cursos oferecidos no portal de educação à

distância do Senar.

Pelo portal, os alunos podem interagir com outros participantes, para juntos analisarem os assuntos do dia a dia

no campo. Empreendedorismo e gestão de negócios, inclusão digital e qualidade de vida são alguns dos cursos oferecidos gratuitamente. Após a

conclusão, são fornecidos certificados;

Inscreva-se no site www.ead.canaldoprodutor.com.br/cursos.

Feed 2011 discute desenvolvimento da agropecuária e preservação do meio ambiente

Técnico da Faes participou do evento, demonstrando a preocupação da entidade com os temas debatidos

Divulgação



Participaram do evento renomados especialistas nacionais e internacionais

A CNA realizou, nos dias 05 e 06 de setembro, na Fecomércio-SP, o Fórum Internacional de Estudos Estratégicos para Desenvolvimento Agropecuário e Respeito ao Clima (FEED 2011). Murilo Pedroni, técnico de meio ambiente da Faes, participou do evento e se juntou à renomados especialistas nacionais e internacionais em busca de soluções para o impacto das mudanças climáticas no agronegócio brasileiro.

A programação do evento contou com mesas-redondas e painéis abrangendo vários tópicos ligados ao desenvolvimento agropecuário e à preservação do meio ambiente. A senadora

Kátia Abreu, presidente da CNA, abriu o Feed 2011 e lembrou os debates a respeito da reformulação do Código Florestal. Ela afirmou que a argumentação do setor agropecuário frente às acusações decorrentes das discussões são sólidas e não publicitárias e enfatizou que o Brasil é o único país no mundo que abre mão de terras férteis e agricultáveis em prol da preservação.

Nas mesas-redondas foram discutidos diversos temas, como os desafios para alimentar a população mundial sem agredir o meio ambiente, que destacou pontos como a segurança alimentar e a demanda por alimen-

tos. Os desafios da sustentabilidade no mundo em crescimento e o papel do Brasil como provedor de alimentos sustentáveis foram ressaltados.

A alta carga tributária, energia elétrica cara, infraestrutura de péssima qualidade e escassez de mão de obra foram citados como os principais problemas para a expansão da produção de alimentos no mundo.

E como receita para avançar no combate à fome, os palestrantes apontaram o combate à pobreza, o investimento na agricultura, a cooperação e um novo quadro institucional com novas políticas públicas como principais ações a serem desenvolvidas.

Por serem temas de grande destaque, "Agricultura e florestas" e "Oportunidades para a Agricultura" foram debatidos em painéis exclusivos. As expectativas para a 17ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre o Clima (COP), que será realizada na África do Sul também entrou na pauta do evento.

"Os principais tópicos dos

painéis foram a redução das emissões por desmatamento e degradação florestal (REDD) e a necessidade de aumentar os índices de produtividade mantendo a mesma área de produção e ainda assim suprir a demanda de alimentos", diz Murilo Pedroni. Ele declara que este tipo de debate é fundamental para buscar o melhor caminho para a agricultura e pecuária do Brasil.

SELO NEUTRALIZAR

Disposta a colocar em prática ações sustentáveis, a CNA providenciou o plantio de 140 árvores em Hortolândia, São Paulo, para neutralizar a emissão de gases de efeito estufa decorrentes da realização do Feed 2011.

A Agência Ambiental Casa Brasilis, responsável pelo Selo Neutralizar, um selo verde que se traduz em compensação, neutralização e sequestro de gás carbônico e outros gases envolvidos no efeito estufa, se encarregará do plantio das mudas e da emissão do certificado.

Empenhada na preservação do meio ambiente, a CNA utilizou produtos ambientalmente sustentáveis em todo o material promocional do FEED 2011 e doou o material de comunicação e sinalização utilizados durante o evento para um grupo de recicladores.

Foco de febre aftosa causa prejuízos ao Paraguai

Diante da confirmação do foco de febre aftosa na região de Sargento Lorma, o Paraguai, oitavo maior exportador de carne bovina, decidiu sacrificar cerca de mil cabeças de gado e bloqueou as exportações de

carne, gerando prejuízo de cerca de U\$300 milhões.

Para evitar a entrada de carne paraguaia no Brasil, o governo brasileiro suspendeu a importação de animais vivos e carne in natura provenientes

do país e intensificou a fiscalização em regiões de fronteiras.

A febre aftosa é uma infecção causada por um vírus que atinge bovinos, suínos e outros animais com casco fendido. A doença mata rapidamente

os animais de pequeno porte (filhotes e animais que ainda não atingiram a fase adulta) e provoca aborto nas fêmeas que estão prenhas, além de causar sofrimento aos animais afetados.

Faltam vacinas contra a br

A Faes enviou documento para vários órgãos s

Divulgação



Senar/ES e parceiros querem erradicar a doença no rebanho capixaba

Desde o início de 2011, o Espírito Santo enfrenta a falta da vacina B19, utilizada para o controle da brucelose bovina, impedindo que seja atingida a meta de vacinação proposta para o exercício de 2011, estipulada em um convênio firmado, em 2010, entre a Faes, Senar/ES, OCB/Sescoop, Idaf, Incaper/ES, Superintendência Federal de Agricultura (SFA-ES), Sindicatos Rurais e Seag.

Em 2010 foram vacinadas, em todo o Estado, 100.633 bezerras com idade entre três e oito meses, sendo que, 9.331, através do convênio, no último trimestre do exercício e, em 2011, até agosto, foram vacinadas através do convênio, 16 mil animais, mesmo com a falta das vacinas no mercado.

Para alertar sobre esse problema e cumprir a meta de vacinação, visando a erradicação da brucelose no Espírito Santo, Faes e Senar/ES elaboraram uma nota técnica pela Faes e Senar, que foi encaminhada à CNA, Seag, Ouvidoria do Ministério da Agricultura e Pecuária, SFA-ES, IDAF, Sindan (Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para a Saúde Animal) e representante exclusivo do laboratório fornecedor de vacinas, solicitando a liberação imediata de 25 mil doses.

O documento traz um retrato do 'Programa Brucelose no Espírito

Santo', sintetizando as propostas do convênio e ressaltou que o diferencial do projeto é atender aos pequenos produtores que possuem de três a cinco animais em idade vacinal. Fora do programa, a vacinação tem alto custo para os pequenos produtores e baixa lucratividade para os profissionais autônomos de medicina veterinária no atendimento.

De acordo com Neuzedino de Assis, superintendente do Senar/ES, além dos prejuízos causados pela falta da vacina, com a situação, a credibilidade do programa junto à classe produtora também é colocada em risco, impedindo o alcance das metas propostas pelo convênio.

Entre as causas para a falta das vacinas estão o aumento do rigor no processo de produção, que exige doses com qualidade cada vez maior e a grande demanda pelo produto. "O Sindan alega que a previsão da necessidade de vacinas para o Brasil, foi aquém da demanda real. Essa pode ser uma das causas para a falta do produto", declara o coordenador do programa de sanidade animal da Faes, Antônio Carlos de Souza.

ALTO CUSTO

Na elaboração do projeto, o primeiro ano do convênio, que vai

até 2014 e pretende alcançar 85% de cobertura vacinal, o valor orçado pela Faes, para a vacina B19, foi de R\$ 0,80 a dose, e, incluindo custos de aplicação, veterinário, locomoção e manutenção do programa, o valor pago pelo produtor foi de R\$ 4,00 por animal vacinado. O valor praticado no mercado varia entre R\$ 8,00 e R\$ 12,00. Já neste ano, as únicas vacinas adquiridas pela Faes custaram entre R\$ 1,14 e R\$ 1,85 cada dose. Porém, maior que o alto custo é a dificuldade de conseguir a vacina, já que apenas 17.000 doses foram compradas em 2011.

Segundo a médica veterinária Daniele Costa, gerente do Programa de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose no Espírito Santo (PNCEBT-ES), outros Estados estão enfrentando o mesmo problema. "Falta a B19 em todo o Brasil. O Ministério da Agricultura está importando vacinas para tentar suprir a demanda.

Essa crise na produção se deve a vários fatores como a reprovação de alguns lotes após testes do Mapa e ao valor pago aos laboratórios pelo imunógeno. Os fabricantes alegam que recebem muito pouco pela produção da vacina e querem elevar os preços", afirma.

O ciclo de fabricação da vacina contra a brucelose dura aproximadamente seis meses e vai desde a produção, os controles inter-

nos, a coleta para testes no Mapa, os próprios testes e a liberação dos lotes.

FISCALIZAÇÃO

A vacinação contra a brucelose é obrigatória e prevista em lei desde novembro de 2003, quando foi implantado o PNCEBT no Brasil. Entretanto, o Idaf/ES, seguindo orientação do Ministério da Agricultura, está abrindo uma exceção para os produtores transitarem com seus rebanhos sem a comprovação da vacinação. "O produtor que, em uma fiscalização, alegar que não vacinou suas bezerras por não encontrar a vacina, assina um termo se comprometendo a fazê-lo assim que a B19 estiver disponível no mercado", enfatiza Daniele Costa.

A DOENÇA

A brucelose é uma doença



A vacinação contra a brucelose é obrigatória e prevista em lei desde novembro de 2003



Convênio foi firmado em 2010, entre a Faes, Senar/ES, OCB/Sescoop, Idaf, Incaper/ES, (SFA-ES), Sindicatos Rurais e Seag

Divulgação

Romeiro Mendonça / Secom

Brucelose no Espírito Santo

olicitando a liberação imediata de 25 mil doses

infeciosa grave causada pela bactéria *Brucella*, e ataca bovinos, bubalinos, suínos, caprinos, ovinos e caninos podendo ser transmitida para o homem em casos de ingestão de leite e derivados que não passaram pelo processo de

pasteurização. Daí a necessidade de consumir produtos que sejam oriundos de estabelecimentos que possuam serviços de inspeção (federal, estadual ou municipal). No rebanho bovino a enfermidade causa prejuízos graves já que

provoca a infertilidade, retenção de placenta, aborto e queda brusca na produção leiteira. Muitos animais aparentemente se recuperam espontaneamente após a infecção, mas continuam eliminando bactérias através da urina, secre-

ção vaginal e leite, e se tornam fonte de infecção. O procedimento adequado quando um animal está brucélico é o abate voluntário do animal ou o isolamento sanitário a fim de evitar a contaminação do restante do rebanho.

Produtores capixabas de mamão se unem para aumentar o consumo da fruta

Produção caiu 30% em relação ao ano passado



Divulgação

O Estado registrou queda de 30% na produção em relação ao ano passado

Os produtores de mamão do Espírito Santo estão organizando ações para fomentar o consumo da fruta no mercado interno. O Estado, que é o maior produtor e exportador de mamão papaia do país, registrou queda de 30% na produção em relação ao ano passado. Entre as causas para a baixa produtividade, estão o aumento dos custos de produção causados pela alta carga tributária dos últimos anos, o aumento dos valores de mão de obra e insumos e as condições climáticas desfavoráveis que o Estado vem enfrentando nos últimos dois anos.

Entre as ações promovidas pelos produtores, está a implantação de uma Associação para tratar de assuntos relativos ao cultivo e venda do mamão. Para Edivaldo Permanhane,

presidente do Sindicato Rural de São Mateus, a união dos produtores é fundamental nesse momento de crise. “Quando os produtores estão unidos, eles compram melhor, vendem melhor e conseguem uma qualidade muito superior em seus produtos. Se os produtores se associam, eles conseguem reduzir o preço de compra de insumos e os custos de produção em 20% ou até 30%, além de conquistarem uma representatividade muito maior junto ao governo”, diz. Além da parceria entre produtores, está em negociação a união entre produtores e empresas exportadoras do mamão capixaba.

Uma propaganda no horário nobre a respeito dos benefícios do mamão para a saúde também está entre os planos dos produtores. “Queremos divulgar o alto valor

nutritivo da fruta para incentivar a preferência pelo mamão na hora das compras. A nossa dificuldade está muito ligada ao preço final do produto para o consumidor. O produtor repassa a fruta a R\$ 0,40 e os supermercados vendem a quase R\$ 2,00. A política agrícola é inexistente, e quem sofre as consequências são os produtores e os consumidores finais. Hoje a fruticultura é responsável por 80% da mão de obra no campo, e o mamão é o carro chefe dessa geração de empregos no Espírito Santo”, enfatiza Permanhane.

DESVALORIZAÇÃO DO DÓLAR

Além dos problemas no mercado interno, a desvalorização do dólar faz com que o produto capixaba fique mais caro no exterior, perdendo sua competitividade. Várias empresas exportadoras precisaram fechar as portas devido às dificuldades enfrentadas.

A Faes, empresas exportadoras e Seag tem se reunido com o intuito de discutir o assunto e apontar soluções para o setor.

PRORROGAÇÃO DE DÍVIDAS

Em função da crise enfrentada no setor, os

produtores capixabas de mamão do Espírito Santo estão tendo dificuldade para pagar as suas dívidas. Alguns enfrentam problemas até para fazer o pagamento aos seus funcionários.

Preocupados, os produtores estão tomando algumas providências para não permanecerem no prejuízo. Muitos estão procurando agências financeiras e, no dia 19 de setembro, fizeram o pedido de prorrogação de dívidas aos deputados federais, durante uma reunião que aconteceu na sede da Faes.

“Estou com mais de 40 caminhões de mamão na roça e não tenho para onde vender”, relatou Edivaldo Permanhane, presidente do Sindicato Rural de São Mateus, município onde o mamão é carro-chefe da economia.

Divulgação



Edivaldo Permanhane lamenta crise enfrentada pelo setor

Sindicato Rural de Santa Maria de Jetibá quer mais associados

Novas adesões vão fortalecer o sindicato e os produtores rurais do município

SR Santa Maria de Jetibá



Wanderley Stuhr atua há oito meses na presidência da entidade

Wanderley Stuhr, presidente do Sindicato Rural de Santa Maria de Jetibá, está focado em ampliar o número de associados à entidade.

Várias ações estão sendo desenvolvidas para aumentar o número de associados até o fim da gestão do presidente.

Entre as ações realizadas, está a aproximação do sindicato com o produtor rural, que, segundo

Wanderley Stuhr, é o melhor caminho para o desenvolvimento da agropecuária no município. “Estamos realizando um trabalho corpo a corpo, nos aproximando mais do produtor, que é a base do sindicato. A adesão só traz benefícios para ambas as partes”, declara.

O presidente enfatiza que a relação da entidade com o produtor é boa, mas que pretende reforçá-la.

“Todas as ações da entidade serão no sentido de fortalecer a categoria, buscar benefícios e ouvir o produtor para atender suas necessidades”, ressalta Stuhr.

Entre os benefícios oferecidos aos associados, estão as capacitações gratuitas realizadas em parceria com o Senar/ES e a Faes e serviços de auxílio na confecção da declaração do Imposto de Renda (IR) e da declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

Além disso, junto com escritórios locais, o sindicato proporciona aos associados desconto de 50% no valor da elaboração do projeto de crédito rural. “Os associados que desejam desenvolver o projeto têm subsídio da metade do valor oferecido pelo sindicato. Enquanto o preço comum é de 2% sobre o valor do projeto, para os associados esse valor é de 1%”, afirma o presidente.

CAPACITAÇÕES

Neste ano, o sindicato já ofereceu aos produtores locais

diversos treinamentos de ‘Aplicação correta e segura de agrotóxicos’, do Programa Renovar Árábica e pretende oferecer mais capacitações até o fim do ano. Os treinamentos têm o objetivo de capacitar o produtor para otimizar suas atividades, incrementando a renda através da especialização ou do aprendizado de uma nova função.

ECONOMIA

A avicultura é a principal fonte de renda do município, com mais de 200 produtores, e agricultura representa a principal atividade em termos de quantidade de propriedades e produtores envolvidos. Ainda existem no município as atividades de fruticultura, bovinocultura e suinocultura, praticadas em menor escala.

Sindicato Rural de Santa Maria de Jetibá
Avenida: Frederico Grulke,
401 – Centro, Cep: 29.645-000
Santa Maria de Jetibá/ES

Proibida a pulverização aérea de agrotóxicos em Vila Valério

Projeto de lei foi aprovado por unanimidade pelos vereadores do município

O município de Vila Valério aprovou um projeto de lei que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos na região.

A proibição é condenada pelo Presidente do Sindag (Sindicato Nacional das Empresas de Aviação Agrícola), Nelson Antônio Paim, que se reuniu com a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, no dia 20 de setembro, para debater o assunto.

O projeto de lei foi aprovado por unanimidade e o produtor que infringir a resolução será multado em cerca de R\$ 16 mil (equivalente ao valor de 15 mil UFIR's). Segundo Paim, o ofício foi criado por falta de informação e conhecimento dos vereadores do município.

“Com a pulverização aérea, o produtor consegue pulverizar de uma forma mais rápida, organizada e com menos produto químico por hectare. Deixando só a pulve-

rização terrestre, o agricultor vai pulverizar de 200 até 600 litros. Na pulverização aérea são gastos apenas 2 a 30 litros. Portanto, com esse projeto os produtores vão poluir e gastar mais”, declarou Nelson Paim.

O Sindag encaminhou um documento ao presidente da Câmara Municipal de Vila Valério, Vanderlei dos Santos, e ao vereador, David Mozdzen Pires Ramos, autor do projeto, afirmando que a medida

extrapola a competência legislativa do município, regulando matéria com legislação federal específica. De acordo com o parecer da consultoria jurídica da entidade, a aviação agrícola é plenamente regulada por legislação federal não sendo competência municipal regulá-las e muito menos fiscalizá-las.

Apesar das controvérsias, outros municípios já estudam adotar proibições semelhantes.

‘Com licença, vou à luta’ capacita mulheres em Afonso Cláudio

O curso ‘Com licença vou à luta’ teve duração de um mês e aconteceu pela primeira vez no Espírito Santo

SR Afonso Cláudio



Durante a capacitação, participantes aprendem a planejar, controlar e avaliar os resultados de um negócio

O programa ‘Com licença, vou à luta’ deu o pontapé inicial no Espírito Santo. Em Afonso Cláudio, primeiro município a receber a qualificação, 14 mulheres rurais foram capacitadas em gestão de negócio de uma propriedade rural.

“O objetivo da capacitação foi habilitar as produtoras a empreenderem, desenvolvendo competências de gestão para aplicação em seu próprio negócio, possibilitando a independência financeira e aumentando a sua autoconfiança, com reflexos na qualidade de vida”, afirmou a mobilizadora Gabriela Gazoni.

A produtora Melinda Gaed Hammer, moradora da Comunidade Mata Fria, tinha a intenção de montar seu próprio negócio e com a capacitação pôde obter todo o conhecimento necessário para cuidar do seu empreendimento. “Eu penso em abrir uma lanchonete e não sabia como administrá-la. O curso também me ajudou a cuidar da venda de outros produtos que produzimos aqui na roça”, disse.

A participante, que teve conhecimento do curso através do Sindicato Rural, do CRAS (Centro de Reabilitação de Assistência Social) e das pessoas da comu-

nidade, terminou a capacitação muito satisfeita. “Gostei de tudo, desde a professora até os ensinamentos. Esse curso mudou a minha maneira de pensar. Aprendi a planejar”, declarou.

Realizado no distrito de Mata Fria e ministrado pela instrutora Francisca Rodrigues Gonçalves, a capacitação aconteceu no período de 06 de agosto a 04 de setembro.

O ‘Com licença, vou à luta’ foi realizado em Afonso Cláudio pelo Senar/ES, em parceria com a Faes, o Sindicato Rural e a prefeitura do município, através das secretarias municipais de Agricultura e de Ação Social, por meio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

EMPREENDEDORISMO

O ‘Com licença, vou à luta’ é destinado às mulheres empreendedoras da área rural. O objetivo

é capacitá-las para a gestão de seus negócios agropecuários com maior eficiência, com foco em empreendedorismo e liderança.

Durante o curso elas aprendem conceitos de empreendedorismo, características de empreendedores de sucesso, diagnóstico da propriedade, planejamento, organização, controle e avaliação dos resultados de um negócio, aspectos gerais de leis trabalhistas, direitos e deveres do empregador e empregado, legislação ambiental, conceitos de liderança e características essenciais de um líder.

Para facilitar o aprendizado e garantir um estudo agradável, os conteúdos são organizados em seis módulos com atividades, ilustrações e dinâmicas. Os módulos são: empreendedorismo, diagnóstico da propriedade, gestão financeira, elaboração do planejamento de negócio, legislação e liderança.

Alguns treinamentos do mês de outubro*:

Treinamento	Data	Localidade
Produção caseira pães e biscoitos	14/10	São Mateus
Produção de derivados do leite	17/10	São Gabriel da Palha
Cerca elétrica	18/10	São José do Calçado
Bovinocultura de leite - Manejo de pastagem	25/10	Afonso Cláudio
Culinária do café	26/10	Conceição do Castelo

*A lista completa de treinamentos pode ser acessada no site: www.faes.org.br.

Agronegócio capixaba de luto

Presidente do Sindicato Rural de Muqui por três mandatos, o produtor rural José de Assis Alves faleceu no dia 31 de agosto, vítima de infarto. Ele defendia intensamente os interesses da classe agropecuária do seu município e do sindicato que liderava.

Em sua gestão, José de

Assis priorizou a capacitação do produtor rural, pois em sua visão, é através da qualificação que o homem do campo conquista mais oportunidades.

José de Assis deixa a esposa, Maria Eliete e quatro filhos. A vice-presidente do sindicato, Eunice Dias Mutarelli,

assumiu a gestão da entidade.

“É uma perda irreparável para o setor agrícola capixaba. Vamos lembrar para sempre da sua atuação firme a frente do sindicato. José de Assis foi um grande parceiro da Faes e do homem do campo”, diz Júlio Rocha, presidente da Faes.



la/Comunicação

CCJ do Senado aprova novo Código Florestal

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou, por 17 votos favoráveis e cinco contrários, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/11, que propõe a atualização do Código Florestal brasileiro. Depois de mais de quatro horas e meia de discussão, o colegiado analisou a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria, condição para que o texto possa ser apreciado também em outras comissões da Casa. O relator da proposta, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), não fez novas alterações em seu texto em relação ao relatório apresentado anteriormente e a proposta segue agora para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), onde também será relatada pelo parlamentar catarinense.

Os senadores da CCJ também rejeitaram 11 requerimentos para a apresentação de Destaques de Votação em Separado (DVS) ao texto, por um placar de 14 votos a favor da rejeição e oito contrários. Apesar de alguns parlamentares defenderem mais mudanças no parecer do relator na CCJ, prevaleceu o consenso para a aprovação da matéria da forma como foi elaborada pelo relator, deixando a avaliação de

mérito para as outras comissões. Esta foi a posição defendida pela senadora Kátia Abreu durante os debates, em apoio à posição adotado pelo senador Luiz Henrique que, além da CCJ e da CCT, também será relator do novo Código Florestal na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Ele informou que recebeu, de ontem para hoje, mais de 90 emendas ao texto. Defendeu, no entanto, que sejam apresentadas nas comissões que debaterão o mérito da matéria e pediu aos senadores da CCJ que votassem o texto sem considerar as emendas.

O mesmo posicionamento foi defendido pelo senador Jorge Viana (PT-AC), que será o relator da proposta na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Segundo Luiz Henrique, a idéia é elaborar um parecer único juntamente com o parlamentar do Acre. O senador catarinense admitiu a possibilidade de acatar algumas emendas que forem apresentadas ao novo Código Florestal. "O importante é ter um texto duradouro, que não transborde aos tribunais. Vou procurar cada um dos senadores para que possamos discutir as emendas", afirmou Luiz Henrique.

O relatório sofreu algumas mu-

danças em relação à versão aprovada em maio pela Câmara. Segundo o senador, as alterações foram feitas com o objetivo de tornar o texto auto-aplicável e com redação clara, para evitar questionamentos no Poder Judiciário. Um dos pontos mais importantes do texto reforça a proibição de novos desmatamentos, autorizando a supressão de vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente (APP's) apenas nos casos de utilidade pública, interesse social e baixo impacto ambiental. O texto também define como prerrogativa exclusiva do chefe do Poder Executivo Federal a responsabilidade de decidir em quais situações será permitida a abertura de novas áreas com base nestes três conceitos, que estão definidos no texto, além do que já está previsto no PLC.

Outra mudança feita na proposta aprovado pelos deputados retira a possibilidade de regularização ambiental por regulamento do Poder Executivo, cabendo também ao chefe do Executivo decidir sobre o tema. O PLC também prevê a regularização das áreas ocupadas com atividades agrossilvopastoris nos termos do projeto de lei, depois de cumpridas as obrigações previstas no Programa de Regularização Ambiental ou nos

Termos de Ajustamentos de Conduta (TAC), convertendo as multas em serviços de preservação ambiental. O relator manteve o texto da Câmara dos Deputados quanto à consolidação das áreas de produção em APPs abertas até 22 de julho de 2008, garantindo a continuidade das atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural, além do cômputo da APP no cálculo da área de reserva legal nas propriedades rurais.

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) também reiterou a necessidade de se aplicar o princípio da competência concorrente, previsto no artigo 24 da Constituição Federal. Desta forma, a União definiria as normas gerais, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal editar normas específicas para legislar sobre meio ambiente, levando em conta as peculiaridades de cada região. Reformulou, ainda, a redação de um dos dispositivos do projeto, estabelecendo que o Cadastro Ambiental Rural (CAR) do imóvel é condição obrigatória para aderir aos PRAs, com prazo de um ano para inscrição, a partir da regulamentação da lei, prorrogável por ato do chefe do Poder Executivo.

Fonte:
Assessoria de Comunicação CNA

Em 2011, Brasil terá recorde em produção de frutas

A fruticultura brasileira está em alta. A expectativa é que em 2011 a produção de frutas no país seja superior a 44 milhões de toneladas. Em 2010 foram registrados 42,6 milhões de toneladas. Com o consumo interno crescente, o país também deve importar mais frutas no período.

De janeiro a agosto deste ano, o Brasil já comprou 292 mil toneladas de frutas, 26% a mais que o ano anterior, quando foram adquiridas 223 mil toneladas. Em termos financeiros, foram gastos mais de US\$ 300 milhões no período, representando alta de 34%.

No Espírito Santo, o mercado

de frutas ao natural e processadas é um dos que mais cresce no agromercado nacional, já que o Estado tem clima e solo favoráveis para produzir frutas diversificadas de clima tropical e temperado. Também possui os três grandes elos da cadeia produtiva em consolidação: produção de frutas, indústrias e mercados de frutas ao natural.

As frutas que se destacam no mercado capixaba são maracujá, coco, mamão e macadâmia. Quanto à importação, a maçã argentina e a migração dos produtos do Sul, como a própria maçã (nacional) e a pêra são os destaques.

"A fruticultura abrange 85 mil

hectares de área plantada, tendo produção total de 1,3 milhão t/ano e arrecadando R\$ 600 milhões ao ano. Ela participa, em média, com 17% do VBPA (Valor Bruto da Produção Agropecuária) capixaba e é responsável pela diversificação agrícola, aumento de renda e 60 mil empregos diretos no meio rural", declara o Gerente Estadual do Programa de Fruticultura, Dalmo Nogueira da Silva.

A produção de frutas gera renda em pequenos espaços e essa é a realidade para 80% das propriedades rurais capixabas, que são de base familiar. Os programas de aquisição de alimentos do Governo

Federal para a agricultura familiar se traduzem em ótima oportunidade para a produção de frutas no Espírito Santo.

Desde 2004, o Governo do Espírito Santo coordena a implantação, revitalização e consolidação de polos de fruticultura. Em 2011, a Seag espera revitalizar o Pólo de Laranja, em Jerônimo Monteiro e entorno, introduzindo novos cultivares na Região do Caparaó. Além disso, a entidade quer implantar o Pólo de Caju, que vai abranger as regiões norte e litorânea do Estado, municípios de Pedro Canário, Conceição da Barra, São Mateus e Jaguaré.

Setor pesqueiro capixaba é beneficiado com eliminação do ICMS

Medida busca incentivar a atividade, contribuindo para a geração de emprego e renda

O Governo do Espírito Santo eliminou a cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) sobre a cadeia produtiva de peixes, crustáceos, rãs e moluscos. A medida tem como meta incentivar a produção do setor pesqueiro.

A expectativa é de que, com a medida, prevista no decreto 2842-R e publicada no dia 31 de agosto, no Diário Oficial do Espírito Santo, aumente a geração de emprego e renda de toda a cadeia e torne os produtos mais acessíveis à população.

A desoneração será válida somente para produtores e estabelecimentos de pesca situados no Espírito Santo para alimentos comercializados em estado natural e para os congelados, resfriados, salgados, secos, defumados, eviscerados ou filetados.

Cerca de 60 mil famílias são

beneficiadas pelos setores aquícola e pesqueiro. A estimativa é de que, atualmente, 600 empreendimentos pratiquem a aquicultura como atividade econômica no Estado. A costa litorânea do Estado apresenta uma extensão de 411 quilômetros, que abrange 15 municípios, constituindo 58 comunidades de várias etnias, com uma frota pesqueira de 3.300 embarcações, 14.000 pescadores profissionais e uma produção estimada de 21.000 toneladas/ano.

Antônio Roberte Bourguignon, presidente do Sindicato Rural de Linhares, cria tilápias e vende, em média, 40 toneladas do peixe por mês para Minas Gerais. O produtor contou que a redução de ICMS trará muitas melhorias para a sua produção. "De imediato, eu deixei de pagar 12% no valor. Com esse dinheiro poderia investir em novas tecnologias, materiais, além da possibilidade de

aumentar o quadro de funcionários", declara.

CAMPANHA

O Ministério da Pesca e Aquicultura quer que os brasileiros consumam mais pescados e tenham uma alimentação mais saudável. Para isso, realizou, entre os dias 11 e 24 de setembro, a oitava edição da Semana do Peixe.

A campanha também teve como função alertar os consumidores para que eles verifiquem a qualidade do produto na hora da compra.

Dados de uma pesquisa realizada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura apontam que houve um crescimento de 6,46 kg para 9,03 kg no consumo, por habitante/ano entre 2003 e 2009, aumento de 39,78% e que do total de pescado consumido no Brasil, 69,4% é produzido aqui e 30,6% vêm de paí-

Assessoria de Comunicação do Incaper



A estimativa é de que, atualmente, 600 empreendimentos praticam a aquicultura como atividade econômica no Estado

ses como Chile, Noruega e Argentina.

Estados Unidos, França, Espanha, Japão e Reino Unido são os países que mais importaram pescado brasileiro.

O Ministério da Saúde recomenda o consumo de peixe fresco duas vezes por semana. A ingestão regular de pescado oferece ferro, vitamina B12, cálcio e aminoácidos essenciais que auxiliam na constituição de proteínas.

Artigo

Herói Anônimo

Por Abdo Gomes,
vice-presidente da Faes e
Presidente do Sindicato Rural de Viana

Antagonicamente a sua considerável contribuição para o superávit do PIB nacional e à geração de empregos e de tributos aos cofres públicos, o produtor rural da atualidade sente-se ávido pelo respeito que lhe é devido pela sociedade, autoridades e governantes de nosso país. Itens que contribuiriam com o bom desempenho de suas atividades como telefonia, internet, vias em condições ideais para o escoamento da produção e para aquisição de insumos necessários a realização da atividade; estes parecem inacessíveis ao homem do campo; além da precariedade na educação, assistências médica e odontológica e lazer, contrariando o que prevê nossa constituição.

As exigências a realização de atividades agropecuárias estão cada vez maiores, onerando o desenvolver das mesmas; produtores ao reflorestar, averbar uma reserva legal ou colocar em pratica atividades benéficas ao meio ambiente preocupando-se com a sustentabilidade das mesmas devem dispor de recursos próprios, elevando os custos e diminuindo seu lucro, devido ao

pagamento de taxas, gastos com criação de projetos para obterem licença ambiental. O comércio e a indústria, setores que conseguem se organizar com mais agilidade recebem benefícios a fundo perdido para se instalarem em estados e municípios com a falsa impressão de trazer desenvolvimento para a localidade, no entanto não são avaliados os impactos ambientais e sociais que trazem consigo, cidades sem estrutura para receber um aumento substancial da população sofrem com a falta de hospitais, escolas, locomoção e outros.

Na maioria das vezes estes empreendimentos que trariam desenvolvimento acabam por desestruturar por completo a Administração Pública destes municípios, ao contrário a agricultura que, se bem estruturada, fixa o homem ao campo e protege o meio ambiente. Ao contrário do que acontece com algumas indústrias que, ao receber autorização para se instalarem parecem receber também o direito de desrespeitar o Código Ambiental, pois continuam lançando seus resíduos nos rios, construindo as margens dos

mesmos. Ao passo que o agricultor para reflorestar, averbar a reserva legal e desenvolver outras atividades agrícolas que trazem benefícios ao meio ambiente tem que colocar as mãos no bolso e contratar projetos, pagar taxas para obter sua licença ambiental. Nada contra seguir normas e leis, mas já que o homem do campo contribui enormemente para a nossa saudável existência, por que não se criar um fundo, que não saia do seu próprio bolso, para remunerá-lo pelos serviços ambientais prestados?

Em discurso recente o deputado federal Aldo Rebelo, justificando sua defesa da atualização do código florestal brasileiro disse que as alterações propostas estavam restritas ao meio rural, pois as áreas urbanas requerem estudos mais aprofundados por possuírem certo número de residências, indústrias, comércios, vias públicas e órgãos públicos instalados irregularmente às margens dos rios que cortam as nossas cidades. É inacreditável que estes desrespeitos ao código continuam a ocorrer com a anuência dos órgãos ambientais, que admitem

a implantação de empreendimentos impactantes em áreas que deveriam ser preservadas. Evidencia-se diante disso, a necessidade de uma reavaliação e obediência única, sendo em áreas rurais ou urbanas, do mesmo.

O herói está se cansando e desistindo de lutar, sentindo-se obrigado a migrar para o meio urbano, sem preparo e recursos financeiros suficientes para se estabelecer, acarretando o surgimento, nas periferias das cidades, bolsões de pobreza extrema, contribuindo para a criminalidade, superlotando as unidades de saúde e cada vez mais dificultando a Administração Pública.

É preciso olhar para o campo com outros olhos, o Brasil tem dimensões territoriais, climas, relevo, disponibilidade de recursos hídricos, e muitos fatores favoráveis a expansão da produção agropastoril, contudo, se a evasão de produtores rurais persistir, corremos o risco de dependermos da importação de alimentos básicos, para suprir a provável insuficiente produção até mesmo para o mercado interno.

Jardinagem em Fundão

Em Fundão, o treinamento 'Jardinagem', realizado pelo Senar/ES, em parceria com o Sindicato Rural do município, o Incaper e a Prefeitura Municipal da Serra, foi um sucesso! Ao todo, 14 trabalhadores rurais aprenderam com o instrutor Marinaldo Francisco Zanotelli como deixar a propriedade mais atrativa para o agroturismo, a preparar canteiros e substratos para vasos de planta, o ambiente adequado para cada espécie e como organizá-las de maneira a tornar o jardim mais agradável. O treinamento foi realizado entre os dias 22 e 26 de agosto, com carga horária de quatro horas, na propriedade de um dos participantes.

A mobilizadora da capacitação, Denilda Vescovi Broetto, ressaltou que "além de melhorar as suas propriedades, alguns participaram fizeram o treinamento com a intenção de incrementar a renda através do ofício de jardineiro".

Divulgação



Administração nas pequenas propriedades rurais

O bom funcionamento da gestão contribui para o crescimento das pequenas propriedades rurais na sociedade atual. Pensando nisso, o CRA-ES (Conselho Regional de Administração do Espírito Santo) realizou, no dia 1º de setembro, a oficina 'MPE – Propriedades Rurais'. Abdo Gomes, vice-presidente da Faes e presidente do Sindicato Rural de Viana foi um dos moderadores do encontro.

No evento, que contou com a presença de representantes da Faes, foram debatidos temas como Legislação Ambiental, Políticas Públicas no meio rural e Gestão interna da propriedade rural e ações coletivas.

No encontro foram apontados alguns gargalos enfrentados pelo setor e apontadas soluções para os problemas identificados:

PROBLEMA	SOLUÇÕES
Pouca qualificação de mão de obra	Fornecer treinamentos na área de qualidade e produção
Falta de cultura associativista	Políticas públicas voltadas para o fortalecimento do associativismo
Falta de políticas públicas e incentivos para o trabalhador rural continuar no campo	Levar para o ambiente rural as mesmas condições estruturais e de conforto existentes (saúde, educação, lazer, esporte, cultura, segurança e comunicação) no meio urbano.
Fatores externos influenciando no valor do produto	Apresentar planilha de custo junto aos órgãos competentes para valorização e reivindicação de subsídios para sobrevivência da propriedade (preço mínimo, seguros agrícolas)
Desunião da classe produtora no momento da compra de produtos em conjunto	Trabalhar a conscientização do favorecimento da compra conjunta, visando à diminuição dos custos.

Destaque para a pecuária do leite em Conceição do Castelo

Evair Vieira de Melo, diretor-presidente do Incaper e José Onofre Lopes, presidente da Cooperativa de Laticínios Selita, de Cachoeiro de Itapemirim foram homenageados pela Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, em reconhecimento

to ao apoio dado ao município na produção de leite. O prefeito Odael Spadeto entregou a condecoração durante a tradicional Festa do Sanfoneiro. Além da homenagem, também foram premiados no evento os melhores produtores de leite de sete comunidades de Conceição do Castelo.

Quase três milhões de litros de leite são produzidos anualmente em Conceição do Castelo. O número representa uma média de oito mil litros por dia. Cerca de 1.600 hectares de área de pastagens são distribuídos em mais de 180 propriedades que desenvolvem a pecuária de leite no município.

3º Concurso de Fotografia CNA/SENAR

Estão abertas as inscrições, de 05 de setembro a 23 de outubro de 2011, para o 3º Concurso Fotográfico do Sistema CNA/SENAR. Os participantes deverão utilizar a linguagem fotográfica para retratar o seguinte tema: "No Brasil, a mão que produz é a mesma que preserva o meio ambiente".

Serão escolhidas 24 fotos, divididas em dois tipos de premiações diferentes. As 12 melhores fotos ilustrarão o Calendário 2012 do Sistema CNA / SENAR e receberão premiação em dinheiro, no valor de R\$ 2.000 (dois mil reais). As outras 12 fotos escolhidas serão incluídas no Banco de Imagens do Sistema CNA / SENAR e seus autores receberão Menção Honrosa pela participação.

As fotos serão exibidas no site www.canaldoprodutor.com.br, com todos os direitos de uso para o Sistema CNA/SENAR. Não é preciso ser fotógrafo profissional para participar. A inscrição no concurso é totalmente gratuita e pode ser feita no site www.canaldoprodutor.com.br/concurso-fotografico-2011

ANIVERSARIANTES DE OUTUBRO

01/10	Francisco Tristão Neto	Diretor da Faes
01/10	Fernanda dos Santos Zocca Stuhr	Esposa Presidente SR Santa Maria de Jetibá
05/10	Manoel Paiva Barbosa	Presidente SR Baixo Guandu
06/10	Maria Leide Ton de Almeida	Esposa do Presidente SR Vila Valério
08/10	Neuzedino Alves Victor de Assis	Diretor da Faes
09/10	Renato Poubel do Carmo	Presidente SR Apicá
12/10	Francisco Vervloet Sampaio Silva	Produtor Rural
13/10	Valdeir Borges da Hora	Presidente SR Presidente Kennedy
22/10	Iracy Carvalho Machado Baltar Fernandes	Esposa do Presidente SR Montanha
23/10	Abdo Gomes	Presidente SR Viana
24/10	Lacyr André Ferreira	Presidente SR Santa Teresa
25/10	Judas Tadeu Colombi	Presidente Sindicato Rural Nova Venécia
25/10	Patrícia Vieira Galvão	Funcionária do Senar